

## Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso MAR2030-2024-43

Data de publicação 05/07/2024

Natureza do aviso Convite

Âmbito de atuação: Operações

Aprovado pela Deliberação CIC nº 10/2024/PL de 28 de março de 2024

### Designação do aviso

Execução de dois Projetos Âncora inscritos na EDL do GAL ADAE MAR 2030

### Apoio para

Praia da Vieira Capital do Iodo - Câmara Municipal da Marinha Grande

Estação Náutica Marinha Grande - Câmara Municipal da Marinha Grande

### Ações abrangidas por este aviso

Introduza os conteúdos que queira repetir, incluindo outros controlos de conteúdo. Pode também inserir este controlo à volta de linhas de tabela para repetir partes de uma tabela.

1. Empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico
2. Capacitação de atores: sensibilização, qualificação, educação, formação profissional
3. Preservação, valorização e dinamização do património
4. Sustentabilidade ambiental e ação climática (sistemas de energia renovável, descarbonização, eficiência energética e economia circular)
5. Inovação e conhecimento científico e tecnológico (material e imaterial)
6. Parcerias, cooperação, redes colaborativas
7. Desenvolvimento sócio cultural e inclusão social
8. Desenvolvimento e valorização dos produtos e recursos endógenos e infraestruturas locais

## Entidades que se podem candidatar

Câmara Municipal da Marinha Grande

## Área geográfica abrangida

Concelho da Marinha Grande - Freguesias de Marinha Grande e Vieira de Leiria.

## Período de candidaturas

Das 09:00h de 08/07/2024 até às 18:00h de 09/09/2024

## Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

234.500,00€

## Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEAMPA 70 %

## Programa financiador

Programa MAR 2030

## Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

ADAE Mar 2030

Autoridade de Gestão do MAR 2030

## Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: [linhadosfundos@linhadosfundos.pt](mailto:linhadosfundos@linhadosfundos.pt)

ADAE Mar 2030

Telefone: 244 822 152

Correio eletrónico: [mar2020@adae.pt](mailto:mar2020@adae.pt)

## Finalidades e objetivos

### 1. Praia da Vieira Capital do Iodo

A praia da Vieira Capital do Iodo vai contribuir para fomentar o turismo, nomeadamente na vertente de saúde e bem-estar, o que permite potenciar vários outros projetos de idêntica natureza, em contexto de ligação à natureza, através do desenvolvimento de ações de dinamização e promoção do território e do seu património natural, nas suas diversas vertentes; divulgação da marca a nível nacional por forma a promover o território e o património natural e de um estudo do efeito efetivo do iodo no bem-estar e saúde dos veraneantes. O principal objetivo consiste na Valorização dos recursos endógenos promovendo atividade na área da saúde e bem-estar; na diversificar a economia local e/ou desenvolvimento de novos sectores da economia azul, capitalizando o potencial marinho e na promoção da inovação através da ligação entre o sistema I&DT e as micro e pequenas unidades empresariais.

### 2. Estação Náutica Marinha Grande

O projeto da Estação Náutica da Marinha Grande tem como objetivo aproveitar as sinergias existentes no território, divulgando o riquíssimo património com forte ligação ao mar e ao rio. Pretende apresentar uma rede de oferta turística náutica com recursos de alojamento, gastronomia, atividades náuticas associadas ao turismo e desporto (surf, bodyboard, pesca artesanal, Arte Xávega). A criação da Estação Náutica da Marinha Grande vai permitir a divulgação do património etnográfico, antropológico e natural (praia, mar, rio, floresta) que por sua vez irá potenciar a atividade turística e cultural da região. Vai contribuir para a diversificação da oferta de novas experiências, fomentando o desenvolvimento de novas atividades que, por sua vez, irão contribuir para diminuir a sazonalidade que atualmente caracteriza as praias do concelho.

## Dotação

<b>Programa</b>	Programa MAR2030
<b>Prioridade do Programa</b>	3 - Promoção do desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura
<b>Objetivos específicos</b>	FSO3.1 - Desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias
<b>Tipologia de ação</b>	FSO3.1-02 - Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02-01 - Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local
<b>Tipologia de operação</b>	8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho; 8517 - Desenvolvimento da inovação comercial; 8534 - Partilha de conhecimentos; 8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade;

	8556 - Desenvolvimento sociocultural; 8537 - Estudos e investigação; 8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis			
Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima	Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
FEAMPA – “Praia da Vieira Capital do Iodo”	33.500,00€	70%	14.357,00€	Orçamento Municipal
FEAMPA – “Estação Náutica Marinha Grande”	201.000,00€	70%	86.143,00€	Orçamento Municipal
<b>Dotação Global</b>	<b>234.500,00€</b>	<b>70%</b>	<b>100.500,00€</b>	<b>Orçamento Municipal e Orçamento de Investimento</b>

## Enquadramento em instrumentos territoriais

DLBC MAR 2030

### Legislação nacional

**Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?**

- Não
- Sim. Qual? O setor das pescas é regulado pela Política Comum das Pescas da União Europeia, que inclui a Organização Comum dos Mercados dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

**Tem regulamento específico?**

- Não
- Sim. Qual? Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho alterada pela Portaria 328-A/2023 de 30 de outubro

### Ações elegíveis

1. Empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico
2. Capacitação de atores: sensibilização, qualificação, educação, formação profissional
3. Preservação, valorização e dinamização do património

4. Sustentabilidade ambiental e ação climática (sistemas de energia renovável, descarbonização, eficiência energética e economia circular)
5. Inovação e conhecimento científico e tecnológico (material e imaterial)
6. Parcerias, cooperação, redes colaborativas
7. Desenvolvimento sócio cultural e inclusão social
8. Desenvolvimento e valorização dos produtos e recursos endógenos e infraestruturas locais

### Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Camara Municipal da Marinha Grande

### Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

#### Ao nível da operação:

Cumprir os requisitos de elegibilidade das operações previstos no artigo 19.º do DL 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e os requisitos de elegibilidade gerais previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro.

Adicionalmente, as operações abrangidas pelo presente aviso, devem, ainda, cumprir como requisitos adicionais:

- Incidirem na área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL;
- Enquadrarem-se nos objetivos da respetiva EDL aprovada, a saber:

#### **Reforçar a competitividade e fomentar o emprego nas atividades económicas, que visa:**

Melhorar as condições infraestruturais e serviços de suporte às atividades económicas

Diversificar e qualificar as atividades

Reduzir a sazonalidade da atividade turística

#### **Promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais, que visa:**

Proteger e restaurar os ecossistemas

Combater as alterações climáticas

Valorizar e gerir eficazmente os recursos naturais

#### **Promover o desenvolvimento sociocultural, que visa:**

Sensibilizar a comunidade para o valor dos recursos costeiros

Preservar e promover o património cultural (material e imaterial)

Valorizar a cultura como elemento de inclusão

**Dinamizar e capacitar os atores locais, que visa,**

Envolver os atores locais na estratégia de desenvolvimento

Melhorar os canais de informação e apoio aos atores

Promover a capacitação dos atores

Dar visibilidade aos produtos e iniciativas de desenvolvimento local

Cooperar com outros territórios tendo em vista, nomeadamente, capitalizar recursos e resultados

- Enquadrarem-se nos termos e condições de elegibilidade previstas no presente aviso;

#### Ao nível do beneficiário:

Cumprir as obrigações gerais e específicas e os requisitos de elegibilidade do beneficiário e das obrigações e ausência de impedimentos previstos nos artigos 4.º, 14.º, 15.º e 16.º do DL 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e os critérios gerais de elegibilidade definidos no artigo 5.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro.

#### **Modalidade de apresentação de candidaturas**

Individual

#### **Número máximo de candidaturas**

Uma por beneficiário

#### **Duração das operações**

2 anos

#### **Condições de atribuição de financiamento da operação**

1 – Nos termos do disposto no art.º 155º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro, a taxa de apoio público no financiamento das operações apresentadas por Organismos públicos ou que tenham beneficiário coletivo é de até 100% das despesas elegíveis.

2 – Na classificação operacionalizada, a designação enquanto beneficiário coletivo corresponde a uma entidade privada, sem fins lucrativos, que representa os interesses dos seus membros, de um determinado grupo de interesses ou do público em geral.

3- Devem ser cumpridas as condições fixadas relativas ao enquadramento do beneficiário e da candidatura no âmbito do presente Aviso bem como as obrigações e as condições gerais e específicas de elegibilidade do beneficiário e das operações, definidas na legislação em vigor, nomeadamente, no Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho,



## Custos elegíveis

Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, e no artigo 8.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro, são elegíveis as despesas diretamente relacionadas com a atividade apoiada, nos termos das EDL aprovadas, designadamente, as seguintes:

- Construção, modernização ou adaptação de edifícios, instalações e infraestruturas
- Intervenções de recuperação de habitats e de reposição das condições naturais em ambiente marinho ou interior
- Aquisição de edifícios, instalações, infraestruturas, salinas ou marinhas
- Aquisição de terrenos
- Aquisição ou adaptação de máquinas e equipamentos
- Equipamentos informáticos, incluindo software
- Equipamentos de produção e distribuição de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis
- Aquisição ou adaptação de embarcações que incentivem o uso de energias renováveis
- Aquisição ou adaptação de embarcações para utilização turística
- Aluguer de embarcações para realização de ações de formação ou recolha de dados no âmbito de investigação
- Aquisição de equipamentos para desportos náuticos
- Aquisição de veículos aprovados e certificados, nos termos do Acordo Internacional de Transporte de Produtos Perecíveis sob Temperatura Dirigida, para transporte de produtos da pesca e da aquicultura em estado refrigerado, e aquisição de veículos comerciais ligeiros de emissões nulas equipados com contentores isotérmicos para transporte e armazenamento de pescado com instalação de sistema de frio.
- Aquisição de equipamentos de movimentação interna (reboques, semirreboques, empilhadores, tratores)
- Aquisição de veículos de apoio ao socorro náutico, com exceção para ligeiros de passageiros
- Refuncionalização de veículos ligeiros de passageiros
- Conceção e produção de materiais de divulgação e sinalética

- Aquisição, elaboração e reprodução de materiais didáticos e equipamentos
- Criação de sítios web, plataformas e aplicações, incluindo domínio e alojamento (max.12 meses)
- Elaboração e implementação de campanhas de marketing, comunicação e publicidade
- Registo ou aquisição de propriedade industrial ou intelectual
- Estudos, projetos, consultorias especializadas, mentoria, assessorias técnicas, certificações
- Aquisição de bens ou serviços de educação, formação profissional, qualificação, capacitação, literacia e sensibilização
- Deslocações e estadas
- Aquisição de ingressos de participação em eventos
- Aluguer de espaços e equipamentos relacionados com a organização de eventos ou de ações de formação
- Aquisição de serviços de coffee-break

### **Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)**

Aplicam-se as regras gerais de elegibilidade das despesas fixadas no Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, no artigo 20º Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março e no artigo 8.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro. Sempre que as operações prevejam deslocações e estadas, as despesas correspondentes são limitadas às regras e valores previstos para os Servidores do Estado.

Nos termos do disposto no Regulamento (UE) nº 2023/2831, da Comissão, de 13 de dezembro de 2023, o apoio público a uma empresa única não pode exceder o valor de 300.000€, durante um período de três anos.

Estamos perante uma “empresa única”, sempre que:

- (a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- (b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;
- (c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato, com ela celebrado, ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- (d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última;

As empresas que tenham uma das relações referidas nas alíneas a) a d) por intermédio de uma ou várias outras empresas são igualmente consideradas como uma empresa única.

Adiantamentos %     Reembolso     Contra fatura

### Formas de pagamento

Os pagamentos ao projeto são efetuados de acordo com o estabelecido no artigo 10.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro.

No presente Aviso, os pagamentos aos beneficiários são efetuados a título de adiantamento (adiantamento inicial até 10%, ou adiantamento contra fatura ou adiantamento contragarantia), reembolso e/ou pagamento final.

O pedido de pagamento final, não pode ser inferior a 5% do valor do apoio aprovado e deve ser apresentado à entidade gestora do aviso até 90 dias úteis a contar da data da conclusão da operação, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificação fundamentada que venha a ser validada.

### Indicadores de realização

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho 8534 - Partilha de conhecimentos. 8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade 8556 - Desenvolvimento sociocultural 8537 - Estudos e investigação 8517 - Desenvolvimento da inovação comercial 8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CO 01	Operações aprovadas	N.º
<b>Descrição</b>	O indicador reporta a quantificação das operações que contribuem para o alcance da tipologia de intervenção	
<b>Método de cálculo</b>	Somatório simples	

### Indicadores de resultado

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 03	Empresas Criadas	Nº novas empresas
<b>Descrição</b>	O indicador reporta o número de empresas criadas em consequência da atribuição do apoio publico	
<b>Método de cálculo</b>	O valor do indicador consiste no resultado obtido em cada operação, contabilizando o campo de identificação da natureza da operação: criação/modernização da empresa. Resultado a ser verificado no final da operação.	

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 06	Postos de trabalho criados	Nº

<b>Descrição</b>	O indicador reporta o número de novos postos de trabalho em ETI criados pelo projeto apoiado.
<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura o número de postos de trabalho (ETI) a criar no âmbito do projeto e quando se verifique a criação de novos postos de trabalho. Esta previsão é verificada e avaliada no final da operação.

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 07	Postos de trabalho mantidos	Nº
<b>Descrição</b>	O indicador reporta o número de novos postos de trabalho mantidos com a realização da operação.	
<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura o número de postos trabalho que não teriam sido mantidos sem a realização da operação apoiada pelo FEAMPA. Esta previsão é verificada e avaliada no final da operação.	

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p>	

	8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
CR 09.1	Superfície visada pelas operações que contribuem para o bom estado ambiental, a proteção, a conservação e a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas	Km 2
Descrição	O indicador reporta a área abrangida pelas intervenções apoiadas	
Método de cálculo	Os beneficiários identificam na candidatura a área marinha abrangida pela ação bem como a extensão da área abrangida; o resultado é verificado no final da operação.	

Programa	Programa MAR2030	
Tipologia de intervenção	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
Tipologia de operação	8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho 8534 - Partilha de conhecimentos. 8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade 8556 - Desenvolvimento sociocultural 8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
CR 10	Ações que contribuam para um bom estado ambiental, incluindo a restauração da natureza, a conservação, a proteção dos ecossistemas, a biodiversidade, a saúde e o bem-estar dos animais	n.º de ações
Descrição	O indicador reporta o número de ações de proteção, conservação e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas sem dimensão espacial, integradas numa operação.	
Método de cálculo	Os beneficiários identificam na candidatura cada uma das ações a realizar; o resultado é verificado no final da operação.	

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 13	Atividades de cooperação entre partes interessadas	n.º de ações
<b>Descrição</b>	<p>Atividades de cooperação previstas no projeto, que devem ter um resultado sustentável como, por exemplo, negócio conjunto, produtos, inovações, ações de aprendizagem conjunta, entre outros.</p> <p>A cooperação deve incluir dois ou mais parceiros/entidades/instituições e traduzir-se num acordo, iniciativa, memorando de entendimento, entre outros.</p>	
<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura as atividades de cooperação a desenvolver no âmbito do projeto, concretizando o número de atividades previstas. Este compromisso será verificado e avaliado no final da operação.	
<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultura</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 14	Inovações possibilitadas	n.º de inovações
<b>Descrição</b>	Inovações possibilitadas desagregando n.º de novos produtos, n.º. de novos serviços, n.º. de novos processos, n.º. de novos modelos de negócio, ou n.º. de novos métodos de produção.	

<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura o n.º de inovações possibilitadas pelo projeto desagregando n.º de novos produtos, n.º de novos serviços, n.º de novos processos, n.º de novos modelos de negócio ou n.º de novos métodos de produção. Esta previsão é verificada e avaliada no final da operação.
--------------------------	---

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 16	Entidades que beneficiam de atividades de promoção e de informação	n.º de entidades
<b>Descrição</b>	Número de entidades (por exemplo, empresas de pesca/transformação, ONG), bem como empresas de qualquer tipo que não sendo os promotores das operações de promoção e informação, beneficiam diretamente das atividades de promoção e informação desenvolvidas pelo beneficiário do apoio/promotor da operação.	
<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura as atividades de promoção e de informação que pretende implementar bem como o número de entidades que visa alcançar com essas atividades. Esta previsão é verificada e avaliada no final da operação.	

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8534 - Partilha de conhecimento</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p>	

	<p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
CR 19	Ações destinadas a melhorar a capacidade de governação	n.º de ações
Descrição	Ações que visem aumentar a capacidade institucional e de governação (e.g. relacionadas com a formação, exercícios conjuntos, apoio operacional, sistemas informáticos, investimentos em outros equipamentos e hardware, entre outras.	
Método de cálculo	O beneficiário identifica na candidatura as ações a desenvolver no âmbito do projeto, concretizando o número de ações previstas. Esta previsão será verificada e avaliada no final da operação.	

<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
CR 20	Investimento induzido	euros
Descrição	Investimento que se estima poder vir a ser estimulado com a realização do projeto, aplicável nomeadamente em ações de promoção do empreendedorismo ou na disponibilização de ferramentas ou estudos que potenciem novos investimentos.	

<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário estima em candidatura o potencial de novos investimentos que podem ser gerados com a realização da intervenção bem como o período para verificação dessas estimativas (em regra 2 anos após conclusão financeira da operação financiada pelo FEAMPA). Os resultados alcançados no prazo fixado são objeto de avaliação pelo beneficiário da operação.	
<b>Programa</b>	Programa MAR2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO3.1-02.01 -Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local	
<b>Tipologia de operação</b>	<p>8541 - Recuperação e/ou eliminação de lixo marinho</p> <p>8534 - Partilha de conhecimentos.</p> <p>8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade</p> <p>8556 - Desenvolvimento sociocultural</p> <p>8537 - Estudos e investigação</p> <p>8517 - Desenvolvimento da inovação comercial</p> <p>8558 - Outras atividades de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação</p> <p>8518 - Desenvolvimento da inovação de processos</p> <p>8519 - Desenvolvimento da inovação do produto</p> <p>8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis</p>	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR 22	Utilização de plataformas de dados e informações (número de visualizações de páginas)	Número de visualizações
<b>Descrição</b>	Número de visualizações de páginas web relacionadas com o projeto ao longo da sua execução.	
<b>Método de cálculo</b>	O beneficiário identifica na candidatura o número de visualizações que pretende alcançar com a realização do projeto. Esta previsão será verificada e avaliada no final da operação.	

### Consequências do incumprimento dos indicadores

Nos termos do número 3 e do número 9 do Artigo 13.º-A da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro, o beneficiário apresenta no pedido de pagamento de saldo final uma autoavaliação qualitativa das realizações e resultados atingidos, designadamente comparando-os com as metas indicadas na candidatura para os Indicadores de resultado.

### Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

Não aplicável

**Critérios de seleção das operações aprovados em:** 19 de dezembro de 2023

## Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Constituem obrigações dos beneficiários dar a conhecer o apoio do FEAMPA às operações, nos seguintes termos:

1. nos sítios na internet e nas redes sociais dos Beneficiários, caso existam, dos emblemas financiadores – do Programa, do PT 2030 e da União Europeia -, que devem encontrar-se permanentemente visíveis na página de abertura, devendo ainda ser assegurada a disponibilização da descrição da operação apoiada, com elementos audiovisuais de apoio;
2. nos edificados, equipamentos ou ações imateriais: aposição dos emblemas financiadores nos próprios equipamento ou materiais impressos, com visibilidade e legibilidade adequadas.

Para operações cujo custo elegível financiado seja superior a 500 mil €: realização de um vídeo, com duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, seus objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor à Autoridade de Gestão do MAR 2030, podendo a realização do vídeo ser elegível em moldes a definir em sede de aviso para a apresentação da candidatura.

## Outras entidades que intervêm no processo

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

## Processo de admissão e seleção das candidaturas

### Apresentação

#### Como se apresentam

As candidaturas são apresentadas:

As candidaturas são apresentadas online no Balcão dos Fundos, em [balcaofundosue.pt](https://balcaofundosue.pt)

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão dos Fundos. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza da operação, da região ou do programa a que pretende candidatar-se.

Antes da submissão da candidatura, o beneficiário deve confirmar, completar e atualizar os seus dados de caracterização no Balcão dos Fundos, já que os mesmos serão utilizados na candidatura.

É igualmente necessário que o beneficiário esteja inscrito no sistema de informação do IFAP. Para atribuição ou atualização do número de identificação NIFAP, consultar informação disponível em <https://www.ifap.pt/portal/web/guest/ib-informacao>.

Vai precisar de preencher o formulário de candidatura e entregar os documentos listados em

**Anexo A – Candidatura > [Documentos necessários para apresentar uma candidatura](#)**

### Quais são os critérios de seleção

1. As candidaturas são avaliadas por aplicação dos critérios de seleção, através do indicador de Mérito do Projeto, e a operação só é suscetível de ser selecionada desde que a avaliação de mérito seja superior à pontuação mínima fixada no aviso de abertura, que não poderá ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final (50 pontos), sendo excluídas as candidaturas que não obtenham, no mínimo, 50 pontos em cada uma das valências (apreciação técnica e apreciação estratégica).

2. As candidaturas são selecionadas e ordenadas em função do valor da pontuação final do Mérito do Projeto, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$MP = 40\% AT + 60\% AE$$

Sendo:

AT = apreciação técnica

AE = apreciação estratégica

**2.1 - A AT é pontuada da seguinte forma:**

$$AT = 60\%(QO) + 40\%(SO)$$

Sendo:

QO = Qualidade da operação

SO – Sustentabilidade da Operação

**QO**, avalia a adequação e coerência dos investimentos/ações propostos relativamente ao levantamento de necessidades e objetivos da operação, conforme pontos seguintes:

- Adequação da operação às necessidades identificadas
- Análise da coerência técnica da operação (Investimentos)
- Análise da coerência económica e financeira da operação
- Adequação da sustentabilidade da operação após o fim do apoio

Descritivo	Pontuação
Cumpre pelo menos três dos subcritérios – Muito adequado	100
Cumpre dois dos subcritérios – Adequado	75
Cumpre um dos subcritérios – Pouco adequado	50
Não cumpre nenhum dos subcritérios – Nada adequado	0

SO – avalia o contributo da operação para:

- Digitalização, introdução de novas tecnologias ou inovação
- Sustentabilidade ambiental (descarbonização, energias renováveis, economia circular, etc)
- Preservação, promoção ou valorização do património material e imaterial
- Inclusão social e igualdade de oportunidades

Descritivo	Pontuação
Cumpre pelo menos três dos subcritérios – Muito adequado	100
Cumpre dois dos subcritérios – Adequado	75
Cumpre um dos subcritérios – Pouco adequado	50
Não cumpre nenhum dos subcritérios – Nada adequado	0

2.2 - A AE é pontuada da seguinte forma:

$$AE = 60\%(EDL) + 25\%(IR) + 15\%(IO)$$

Sendo:

- EDL – Nível de contribuição da operação para a EDL
- IR- Contribuição para os indicadores de resultado da EDL
- IO- Impacto da Operação

EDL – Avalia o nível de contribuição da operação para a EDL

Descritivo	Pontuação
Contribui para pelo menos três Eixos / Objetivo da EDL	100
Contribui para dois Eixos / Objetivo da EDL	75
Contribui para um Eixo / Objetivo da EDL	50

IR- Avalia a Contribuição da operação para os indicadores de resultado da EDL :

- Indicadores comuns – Empresas criadas, Postos de Trabalho criados, Postos de Trabalho mantidos
- Indicadores específicos da EDL

Descritivo	Pontuação
Contribui para os dois indicadores comuns (Empresas criadas e PT criados)	100
Contribui para um dos indicadores comuns do programa	75
Contribui apenas para indicadores específicos (*)	50

(\*) específicos, mas da lista de indicadores comuns

IO- avalia o Impacto da Operação para:

- Interesse coletivo da operação
- Impacto da operação a um nível supralocal
- Contribuição para o cumprimento de dois ou mais ODS, sendo que pelo menos um deles incide no ODS14

Descritivo	Pontuação
Contribui para todos dos subcritérios	100
Contribui para dois dos subcritérios	75
Contribui para um dos subcritérios	50
Não contribui para nenhum dos subcritérios	0

### 3 – Critério de Desempate

Caso a dotação indicativa do Aviso, ou o seu reforço decidido pelo Órgão de Gestão do GAL no caso das disponibilidades financeiras da EDL aprovada o permitirem, seja inferior à procura de apoios, as candidaturas são hierarquizadas em função da pontuação final do projeto e, em caso de igualdade pontual, os critérios de desempate a aplicar são os seguintes:

- o primeiro critério de desempate considera a pontuação obtida no critério de seleção relativo à Apreciação Estratégica;
- o segundo critério, considera a data de apresentação da candidatura prevalecendo as candidaturas que tenham sido primeiramente apresentadas.

## Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

### Calendário de candidaturas

<b>Abertura</b>	08/07/2024, às 09:00h
<b>Fecho</b>	09/09/2024, 18:00h
<b>Análise</b>	60 dias úteis após receção da candidatura
<b>Data Limite para a comunicação da decisão aos candidatos (*)</b>	Até 5 dias úteis após decisão da candidatura (*)

(\*) não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados

### Processo de análise e decisão

O processo de decisão das candidaturas integra as seguintes fases:

- i) Verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstas na regulamentação geral aplicável aos Fundos Europeus, na específica, aplicável ao Programa MAR 2030 e no presente aviso que, se aplicável, pode incluir a realização de pedidos de esclarecimentos/ elementos adicionais aos beneficiários, a realizar pela Equipa Técnica do GAL;
- ii) Emissão de Parecer, que inclui a proposta de decisão final, a realizar pela Equipa Técnica do GAL;
- iii) Controlo de qualidade da análise realizada e aferição da existência de saldo para atribuição do apoio, quando a operação esteja subordinada à aplicação das regras e limites fixados para os Auxílios de Estado de minimis – o apoio a uma empresa única não pode exceder 300.000€, durante um período de três anos, nos termos do disposto no Regulamento (UE) nº 2023/2831, da Comissão, de 13 de dezembro de 2023 -, a realizar pela Equipa Técnica da Autoridade de Gestão (AG) do MAR 2030;
- iv) Decisão de aprovação, aprovação parcial ou indeferimento da operação, a realizar pelo Órgão de Gestão (OG) do GAL;
- v) Quando aplicável, registo do Auxílio de Estado de minimis, a realizar pela Equipa Técnica da AG do MAR 2030;
- vi) Homologação da decisão proferida pelo OG do GAL, a realizar pela Gestora do MAR 2030;
- vii) Comunicação da decisão aos beneficiários e, quando a mesma seja de aprovação, comunicação informática dos dados pertinentes ao IFAP, para efeitos de geração do Termo de Aceitação.

Em iv), quando a decisão proferida seja de aprovação parcial - ou seja, quando inclua redução do valor financeiro do pedido de financiamento -, ou quando inclua condicionantes, ou quando seja de sentido desfavorável à aprovação, os beneficiários são notificados, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos n.º 121.º e 122º do Decreto-Lei n.º nº 04/2015, de 7 de janeiro (audiência de interessados), para se pronunciarem relativamente à aceitação da mesma.

Caso sejam apresentados elementos que justifiquem a revisão da decisão proferida, a operação é reanalisada, sendo proferida nova decisão do OG do GAL, depois sujeita a homologação da Gestora do MAR 2030.

Sempre que as candidaturas sejam apresentadas pelos GAL, por membros dos seus OG, pela equipa técnica local, ou sempre que se verifique situação de conflito de interesses, a análise e emissão de parecer sobre as candidaturas é efetuada por outro GAL, cabendo a decisão final sobre a mesma à Gestora do MAR 2030.

Os pareceres referidos acima são emitidos num prazo máximo de 35 dias úteis a contar da data-limite para a apresentação das candidaturas.

### Decisão sobre as candidaturas

A decisão é proferida no prazo de 60 dias úteis, contados a partir da data-limite definida no fecho do período de candidatura e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação. Este prazo não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por mais 30 dias.

As decisões proferidas pelo OG do GAL produzem efeitos após a respetiva homologação pela Gestora do MAR 2030.

Sob pena de caducidade imediata da candidatura, os elementos solicitados em sede de análise das candidaturas devem ser remetidos no prazo fixado pela entidade responsável pela análise, num máximo de 10 dias úteis contados da receção do pedido de elementos, salvo se o candidato apresentar justificação e a mesma venha a ser aceite pela entidade responsável pela Decisão.

### Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final na sua área reservada no Balcão.

### Aceitação ou não aceitação da decisão

A notificação às entidades que se candidataram inclui a decisão final sobre a sua candidatura, que pode ser de aprovação, total ou parcial, não aprovação ou aprovação condicionada.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura é feita pelo beneficiário, no prazo de 30 dias úteis, no sistema de informação do IFAP, I.P. mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor.

### Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

- No site do Programa Mar 2030
- No site do Portugal 2030.

### Pedidos de alteração à candidatura

Alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão Órgão de Gestão do GAL, com produção de efeitos após homologação pela Gestora do Programa Mar 2030.

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em parceria, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e as metas a atingir.

## Anexos

### Anexo A - Candidatura

#### 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

##### Relativamente ao Beneficiário:

- i. Pessoas coletivas: Certidão permanente da conservatória do registo comercial válida, se aplicável
- ii. Pessoas coletivas: Estatutos ou Pacto Social atualizados, se aplicável
- iii. Pessoas coletivas: Ata de eleição dos corpos sociais em exercício, se aplicável
- iv. Pessoas coletivas: Credencial Cooperativa emitida pelas CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, se aplicável
- v. Pessoas coletivas: Registo Central do Beneficiário Efetivo, se aplicável
- vi. Declaração Empresa Única/ Empresa Autónoma, para efeitos de controlo dos Auxílios de Estado de Minimis
- vii. Print da situação fiscal integrada do Portal das Finanças (separadores “Dados gerais”, “Dados da atividade” e “Outros dados da atividade”)
- viii. Declaração de início de atividade / alteração da atividade
- ix. Licença/ registo/ alvará da atividade desenvolvida, se aplicável
- x. Informação económico-financeira do beneficiário (Modelo 3 do IRS, IES, Balanços e Demonstrações de Resultados)
- xi. Relatórios de gestão e atas de aprovação de contas do último exercício encerrado, se aplicável
- xii. Extrato das remunerações da Segurança Social (discriminado por trabalhador), dos 6 meses anteriores à data de apresentação da candidatura, se o projeto prever a criação líquida ou manutenção de postos de trabalho
- xiii. Plano de atividades e orçamento, para entidades sem fins lucrativos

##### Relativamente à operação:

- i. Memória Descritiva (conforme modelo a disponibilizar)
- ii. Cópia da ata que considera a aprovação da realização da operação com indicação do custo total e das fontes de financiamento, se aplicável
- iii. Declaração de compromisso ou ata de inscrição em plano e orçamento, se aplicável
- iv. Estudo de viabilidade económico-financeira, se aplicável
- v. Para entidades em que o IVA possa ser elegível, apresentar um certificado de registo, da Direção de Serviços do IVA, relativamente ao enquadramento da sua atividade e ao direito à dedução
- vi. Elementos relativos à propriedade do espaço a intervencionar: caderneta predial, contrato de arrendamento ou outro tipo de cedência de exploração, designadamente, contrato de comodato, com durabilidade compatível com a execução da operação e as obrigações dos beneficiários (quando respeitem a investimentos produtivos: 3 anos para PME e 5 para as restantes entidades)
- vii. Título de registo de propriedade da embarcação, se aplicável

- viii. Pareceres, licenças, autorizações, inscrições ou registos de entidades nacionais, regionais ou locais, com competências nas áreas de investimento em causa, se aplicável
- ix. Projeto(s) técnico(s) de execução, plantas e mapas e respetiva memória descritiva
- x. Três orçamentos e/ou faturas pró-forma comparativos, devidamente detalhados, com quantidades e preços unitários. Os equipamentos devem ser bem caracterizados e quantificados. (não aplicável a entidades públicas, quando o valor individual dos investimentos seja superior ao limite para o procedimento de ajuste direto). As propostas deverão ser apresentadas por entidades com CAE adequada ao fornecimento de bens e/ou serviços e sem relações privilegiadas entre o beneficiário e os fornecedores, entre fornecedores, ou entre entidade projetista/consultora e fornecedores.
- xi. Catálogos dos equipamentos a adquirir mencionando as respetivas características técnicas, se aplicável
- xii. Contrato de parceria e / ou protocolos, se aplicável
- xiii. Comprovativos da experiência e habilitação dos recursos humanos existentes afetos à operação
- xiv. Outros documentos que permitam validar a elegibilidade da operação (ex. mapa das amortizações - imobilizado, de forma a comprovar os meios técnicos da mesma, etc.) ou o cumprimento de critérios de seleção.
- xv. Demonstração ou declaração do cumprimento das disposições legais em matéria de contratação pública nos termos da legislação em vigor - checklist

## Anexo B – Legislação aplicável a este Aviso

### Europeia

- Regulamento FEAMPA - Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho;
- Regulamento das Disposições Comuns (RDC) - Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho;

### Nacional

- Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março
- Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, alterada pela Portaria n.º 328-A/2023, de 30 de outubro